



1º Simulado

TCE SC

Administração

Pós-Edital

Simulado Especial

1º Simulado TCE-SC – Administração

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO EXCLUSIVO

- 1 – Este simulado conta com questões focadas no concurso da TCE-SC;
- 2 – A prova contém **100 itens** que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora CESPE/CEBRASPE, com assertivas para serem valoradas como “certo” ou “errado”.
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8:30 às 13:00** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – O Gabarito do Simulado e o Ranking Classificatório com nota serão divulgados no blog do Estratégia Concursos.
- 8 – Esse simulado é uma autoavaliação! Você mesmo(a) vai corrigir, a partir do padrão de respostas disponível na área do aluno.

PREENCHA SEU GABARITO NO LINK - <https://bit.ly/Simulado-TCE-SC-Adm-05-12>

01 – C E 21 – C E 41 – C E 61 – C E 81 – C E
02 – C E 22 – C E 42 – C E 62 – C E 82 – C E
03 – C E 23 – C E 43 – C E 63 – C E 83 – C E
04 – C E 24 – C E 44 – C E 64 – C E 84 – C E
05 – C E 25 – C E 45 – C E 65 – C E 85 – C E
06 – C E 26 – C E 46 – C E 66 – C E 86 – C E
07 – C E 27 – C E 47 – C E 67 – C E 87 – C E
08 – C E 28 – C E 48 – C E 68 – C E 88 – C E
09 – C E 29 – C E 49 – C E 69 – C E 89 – C E
10 – C E 30 – C E 50 – C E 70 – C E 90 – C E
11 – C E 31 – C E 51 – C E 71 – C E 91 – C E
12 – C E 32 – C E 52 – C E 72 – C E 92 – C E
13 – C E 33 – C E 53 – C E 73 – C E 93 – C E
14 – C E 34 – C E 54 – C E 74 – C E 94 – C E
15 – C E 35 – C E 55 – C E 75 – C E 95 – C E
16 – C E 36 – C E 56 – C E 76 – C E 96 – C E
17 – C E 37 – C E 57 – C E 77 – C E 97 – C E
18 – C E 38 – C E 58 – C E 78 – C E 98 – C E
19 – C E 39 – C E 59 – C E 79 – C E 99 – C E
20 – C E 40 – C E 60 – C E 80 – C E 100 – C E

LÍNGUA PORTUGUESA

Adriana e Luciana

Mercado e o indivíduo consumidor

O apelo de Bauman ante uma responsabilidade moral (amparando-se em Lévinas e Logstrup) contrasta com a tendência social de uma “demanda ética teimosa e irritantemente silenciosa (porque inespecífica), (...)” (BAUMAN, 2008, p. 116). Como no exemplo da proliferação dos radares no meio urbano. A lógica do discurso de poder é que eles impedem o enorme número de acidentes. Mas sabe-se que há também (ou exclusivamente) uma preocupação em se arrecadar proventos com o desvio de conduta do motorista.

Pela lógica clínica do poder, o desvio ético gera dividendos ao erário do poder constituído. O diagnóstico de Bauman da citada sociedade de consumo corresponde a um acréscimo ao individualismo que obscurece as possibilidades de gênese de um sujeito moral. Esse avanço do individualismo é traduzido pela “substituição da “responsabilidade pelos outros” por uma “responsabilidade perante si próprio”. Nos escritos de Bauman há uma ênfase crítica ante essa entidade social que se denomina de “consumidor”. Essa é uma das condições da vida pós-moderna, ou seja, o avanço extraordinário da sociedade de consumo que Bauman qualifica de “mundo líquido-moderno dos consumidores”. Tal mundo apresenta-se com algumas características. Primeiro, o que se entende por “ideologia” pode ser considerado como as estratégias de marketing que objetivam não só o aumento das vendas, mas também em produzir um ótimo consumidor.

Isso traz uma alteração no próprio princípio da subjetividade. Se Marx qualifica o capitalismo como uma época onde a mercadoria já havia dominado o mundo do trabalho – o trabalhador transforma-se, para o capital, em uma mercadoria -, agora, na fase do capitalismo tardio é a própria dimensão interior do homem que está sujeita às forças do mercado: A “subjetividade” do “sujeito”, e a maior parte daquilo que essa subjetividade possibilita ao sujeito atingir, concentra-se num esforço sem fim para ela própria se tornar, e permanecer, uma mercadoria vendável

(...) (BAUMAN, *Ibid.*, p. 20). O que se exige hoje é uma espécie de versatilidade no trabalho, que Bauman denomina de comodificação. Desempregado (ou ameaçado de demissão) em um ramo da produção, o trabalhador deve ser capaz de trocar de função. No campo do consumo ocorre a recomodificação: uma dinâmica onde tudo se torna uma mercadoria “notável, notada e cobiçada, uma mercadoria comentada” (*Ibid.*, p. 22).

Dagmar Manieri. *O indivíduo na condição pós-moderna: a perspectiva crítica de Zygmunt Bauman*
(Disponível em
<<http://www.periodicoeletronicos.ufma.br/index.php/bauman/article/view/6087>>)

No que concerne aos sentidos e às construções linguísticas do texto precedente, julgue os itens a seguir:

01. Infere-se do texto que Marx e Bauman possuem ideias convergentes sobre o capitalismo e o sujeito.
02. De acordo com o autor e Bauman, o sujeito, na sociedade de consumo, está imbuído de um individualismo que conflita com o que ele denomina de “sujeito moral”.
03. O pronome “isso” no início do 3º parágrafo retoma a ideia de “estratégias de marketing”.
04. O vocábulo “como” em “*Como no exemplo da proliferação dos radares no meio urbano.*” (1º parágrafo) expressa uma ideia de conformidade.
05. A inclusão de vírgulas para intercalar o trecho “na fase do capitalismo tardio” (3º parágrafo) manteria a correção gramatical.
06. O texto pode ser considerado predominantemente expositivo, pois apresenta diversos pontos de vista sobre o tema.

07. A oração reduzida de gerúndio “*amparando-se em Lévinas e Logstrup*” (1º parágrafo) poderia ser desenvolvida da seguinte forma, mantidos o sentido e a correção gramatical: *que se ampara em Lévinas e Logstrup*.

— O meu nome é Severino,
como não tenho outro de pia.
Como há muitos Severinos,
que é santo de romaria,
deram então de me chamar
Severino de Maria;
como há muitos Severinos
com mães chamadas Maria,
fiquei sendo o da Maria
do finado Zacarias.
Mais isso ainda diz pouco:
há muitos na freguesia,
por causa de um coronel
que se chamou Zacarias
e que foi o mais antigo
senhor desta sesmaria.
Como então dizer quem falo
ora a Vossas Senhorias?
Vejamos: é o Severino
da Maria do Zacarias,
lá da serra da Costela,
limites da Paraíba

MELLO NETO, João Cabral. *Morte e Vida Severina*

No que concerne aos sentidos e às construções linguísticas do texto precedente, julgue os itens a seguir:

08. O tema principal dos versos recai sobre como o eu-lírico será identificado pelos outros.

09. A exemplo dos regionalismos (“de pia”), predomina no poema a linguagem denotativa.

10. Para que o verso “*Mais isso ainda diz pouco*” esteja de acordo com a norma culta padrão, é necessária a substituição de “mais” pela conjunção adversativa “mas”.

AUDITORIA GOVERNAMENTAL,
COMPLIANCE, GESTÃO DE RISCO E
GOVERNANÇA

Guilherme Santanna

Texto:

Um auditor, ao analisar o cumprimento de aspectos legais por parte de determinada prefeitura, verificou se o município está destinando o percentual mínimo de recursos que, de acordo com a lei, deve ser aplicado em áreas como educação e saúde.

11. No caso apresentado, pode-se dizer que o auditor está atendendo aos objetivos relacionados ao *Compliance*.

Em relação à Comunicação dos Resultados e aos Relatórios de Auditoria, julgue os itens a seguir:

12. Para cada auditoria, os auditores devem preparar um relatório oral ou por escrito, em linguagem impessoal, cujo conteúdo deve ser objetivo, convincente, construtivo, útil e de fácil compreensão.

13. Ao redigir o relatório, o auditor governamental deve observar o requisito de completude, segundo o qual deve apresentar as necessárias evidências para

sustentar seus achados, conclusões e propostas, procurando não deixar espaço para contra argumentações.

- 14.** Uma opinião modificada pode ser adversa, aplicável quando o auditor é incapaz de obter evidência de auditoria suficiente e apropriada, devido a uma incerteza ou limitação de escopo que é tanto relevante quanto generalizada.

Avalie e julgue os itens a seguir em relação aos conceitos de Materialidade, Risco e Relevância.

- 15.** Determinar a materialidade é uma questão de julgamento profissional e depende da interpretação do auditor acerca das necessidades dos usuários.

- 16.** A materialidade tem aspectos tanto quantitativos quanto qualitativos. No setor público, não está limitada às decisões econômicas dos usuários, uma vez que decisões quanto à continuidade de determinados programas governamentais ou concessão de subvenções podem ser baseadas em demonstrações financeiras.

Em relação às diferenças entre a Auditoria de Regularidade e a Auditoria Operacional, julgue os itens a seguir:

- 17.** Ao contrário das auditorias de regularidade, que adotam padrões relativamente fixos, as auditorias operacionais, devido à variedade e complexidade das questões tratadas, possuem maior flexibilidade na escolha de temas.

- 18.** Nas auditorias operacionais, as conclusões assumem a forma de opinião concisa e de formato padronizado sobre demonstrativos financeiros e sobre a conformidade das transações com leis e regulamentos.

CONTROLE EXTERNO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Herbert Almeida

Julgue os itens a seguir acerca do controle da administração pública.

- 19.** Segundo o STF, o Ministério Público de Contas não tem legitimidade para impetrar mandado de segurança em face de acórdão do Tribunal de Contas perante o qual atua.

- 20.** Os conselheiros do TCE-SC serão escolhidos pela Assembleia Legislativa e pelo Governador de Santa Catarina, sendo que os nomes indicados por este serão aprovados pela Assembleia, em votação secreta.

- 21.** É constitucional a nomeação, pelo Chefe do Executivo, de membro do Ministério Público especial para preenchimento de cargo vago de conselheiro de Tribunal de Contas local quando se tratar de vaga reservada à escolha do parlamento, uma vez que tal nomeação favorece o caráter técnico em detrimento do meramente político.

João dirigia o seu carro quando recebeu uma mensagem urgente de sua esposa e, ao realizar a leitura, perdeu o controle do veículo e colidiu com um carro do Governo de Santa Catarina, causando uma série de avarias. Considerando que João é um particular, sem qualquer vínculo com a administração, julgue o item a seguir.

- 22.** Ainda que tenha causado dano ao erário, João não se submeterá à jurisdição do TCE-SC, uma vez que não possui qualquer vínculo com a administração, não se encontra no rol de pessoas com o dever de prestar contas e não agiu em conluio ou coautoria com agente público.

Considerando as disposições da Lei Orgânica e do Regimento Interno do TCE-SC, julgue os itens a seguir.

23. Caso ocorra a vacância do cargo de Presidente do TCE-SC, caberá ao Vice-Presidente sucedê-lo quando a vacância ocorrer antes dos sessenta dias finais do mandato.

24. Verificada a ilegalidade de ato, o Tribunal assinará prazo para que o responsável adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, cabendo, no caso de contratos, somente comunicar o fato imediatamente à Assembleia Legislativa, que disporá de poderes para determinar a correção da ilegalidade nesse tipo de relação.

25. Caso as contas do responsável sejam julgadas irregulares, caberá a interposição de recurso de reexame, com efeito suspensivo, dentro do prazo de trinta dias.

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO

Antônio Daud

No que se refere às disposições da Lei 14.133/2021 (nova lei de licitações) e da Lei 8.429/1992 e à disciplina dos atos administrativos e da organização administrativa do Estado, julgue os itens a seguir:

26. É possível a realização de licitação na modalidade concorrência utilizando-se o critério do maior retorno econômico, desde que ocorra no âmbito de contratos de eficiência.

27. A alienação de subsidiárias de sociedades de economia mista deve ser precedida de autorização legislativa.

28. Licenças e permissões de uso são exemplos de atos negociais, ao passo que despachos e ofícios são atos ordinatórios.

29. Os agentes que praticarem atos de improbidade violadores de princípios da Administração Pública serão apenados com pagamento de multa civil de até 24 vezes o valor da remuneração percebida pelo agente, proibição de contratar com o poder público ou de receber benefícios por prazo não superior a 4 anos e perda da função pública.

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL

Nelma Fontana

A respeito da eficácia das normas constitucionais, segundo posicionamento do Supremo Tribunal Federal, analise o item abaixo.

30. A norma constitucional que assegura a educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças de zero até cinco anos de idade, segundo posicionamento do Supremo Tribunal Federal, constitui norma constitucional de eficácia plena e aplicabilidade imediata.

Acerca dos direitos e deveres individuais e coletivos, conforme redação da Constituição Federal e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal analise a assertiva abaixo.

31. Sem ordem judicial e sem o consentimento de quem de direito, agentes da administração tributária poderão entrar em estabelecimentos comerciais, ainda que em espaço privado onde se exerce atividade profissional, uma vez que a autoexecutoriedade é atributo dos atos administrativos.

A respeito dos direitos de nacionalidade, julgue o próximo item.

32. Situação hipotética: João, brasileiro nato, reside na Espanha há 10 anos. No ano de 2018, resolveu se casar com Mercedes, espanhola, mas foi surpreendido ao saber que iria adquirir tacitamente a nacionalidade espanhola, em razão de o país adotar o critério *jus matrimoniale*. Preocupado, consultou seu primo, advogado brasileiro, que o orientou a não formalizar a união, porque a aquisição de outra nacionalidade gera a perda da nacionalidade brasileira. **Assertiva:** Sobre o esclarecimento

prestado a João por seu primo, é correto afirmar que está de acordo com a legislação constitucional pátria.

Com relação à organização dos poderes, à Luz da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e da redação da Constituição Federal, julgue os próximos itens.

33. Caso: O Distrito Federal, por lei de iniciativa parlamentar, ampliou as condições de isenção de IPVA. O Governador, inconformado, levou a matéria ao conhecimento do Poder Judiciário, porque a seu ver, a lei é formalmente inconstitucional, uma vez que matéria tributária é assunto de iniciativa privativa do Chefe do Executivo. **Assertiva:** O Governador do Distrito Federal tem razão, porque a Constituição Federal reservou ao Chefe do Executivo a iniciativa de leis que tratam de matéria tributária.

DIREITO FINANCEIRO

Vinicius Nascimento

34. Situação hipotética: O Estado de Santa Catarina autorizou, por meio de lei, a criação de determinada sociedade de economia mista, pessoa jurídica de direito privado, cuja área de atuação é a exploração de serviço público em regime não concorrencial. **Assertiva:** Diante da natureza da referida entidade, ela não estará submetida ao regime constitucional de precatórios.

NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Vinicius Nascimento

35. Caso seja constatado, ao final do quadrimestre, que um ente chegou a 96% do limite total de gasto com pessoal por ocasião da publicação do seu RGF, o respectivo Tribunal de Contas deverá emitir alerta ao ente, bem como estará impedido de tomar diversas medidas de aumento de gasto de pessoal previstas na LRF.

ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO

Antônio Daud

Tomando por base o disposto no Código de Ética dos Servidores do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina (Resolução TC-0087/2013), julgue os dois itens a seguir.

36. A comissão de ética, integrada por três servidores efetivos e respectivos suplentes, detém prerrogativa de conhecer concretamente todos os atos suscetíveis de advertência ou censura ética.

37. A violação das normas estipuladas no Código de Ética poderá acarretar recomendação, censura ética reservada e advertência em publicação oficial.

CONHECIMENTO SOBRE SANTA CATARINA

Sérgio Henrique

38. A população do estado de Santa Catarina segue um padrão de distribuição semelhante ao da maioria dos estados brasileiros, de concentração dos habitantes na capital e em algumas poucas cidades. As maiores populações e PIBs do Estado são Joinville, Blumenau e São José.

39. O Estado de Santa Catarina está localizado na Macrorregião Sul, e seu território é dividido em 6 Mesorregiões, para estatísticas, planejamento e a gestão do Território. A Mesorregião de Florianópolis, do Vale do Itajaí e Nordeste Catarinense são as mais populosas, povoadas, os maiores IDHs e os maiores PIBs.

40. Estudo elaborado com base no Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades – Brasil (IDSC-BR) mostra que Florianópolis é a terceira melhor classificada entre as 26 capitais estaduais, mas ainda tem grandes desafios a superar para atingir os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

(ODS) estabelecidos pela Organização das Nações Unidas (ONU) até 2030.

ADMINISTRAÇÃO GERAL

Stefan Fantini

Com relação ao processo administrativo, julgue o item a seguir.

41. As funções de planejamento e organização possuem, respectivamente, foco em ideias e recursos

42. A atribuição de autoridade e responsabilidades, assim como a alocação de recursos, são tarefas típicas relacionadas à função direção.

Com relação às teorias da administração, julgue os itens a seguir.

43. Divisão do trabalho, autoridade e responsabilidade, disciplina e unidade de comando e de direção são princípios típicos da Administração Científica.

Com relação ao planejamento e ferramentas estratégicas, julgue os itens a seguir.

44. A partir do cruzamento das variáveis internas e externas que são identificadas através da análise SWOT, surgem algumas situações que fazem com que a organização se veja diante de alguns cenários.

Quando a organização identifica “forças” em seu ambiente interno e “ameaças” no ambiente externo, o cenário é o de limitações.

45. Os objetivos estratégicos estabelecidos para cumprimento do planejamento estratégico do Tribunal de Contas de Santa Catarina devem ser específicos, mensuráveis, atingíveis, relevantes e definidos no tempo.

46. Texto: Os fragmentos a seguir estão no site do Tribunal de Contas de Santa Catarina.

“Controlar e contribuir para o aprimoramento da gestão dos recursos públicos em benefício da sociedade catarinense.”

“Ser uma instituição essencial no controle da gestão dos recursos públicos.”

Esses fragmentos representam, respectivamente, a visão e a missão do Tribunal de Contas de Santa Catarina.

47. A Matriz GUT é utilizada para auxiliar o gestor a priorizar problemas ou demandas. Essa ferramenta utiliza três fatores para avaliar e quantificar os problemas: gravidade, urgência e tendência. O aspecto urgência representa o potencial de resolução de um problema ao longo do tempo, atribuindo-se menor pontuação conforme seja grande a probabilidade de solucionar o problema.

Com base na Liderança, Motivação e Comunicação, julgue os itens a seguir.

48. O gestor que centraliza a tomada de decisões, define as tarefas, bem como decide quem serão os funcionários que as executarão exerce o estilo de liderança denominado liderança autocrática.

49. De acordo com Frederick Herzberg, existem dois fatores que explicam o comportamento das pessoas, são eles: os fatores higiênicos e os fatores motivacionais. Para o autor, os reajustes salariais são importantes fatores motivacionais.

50. A percepção seletiva é uma barreira à comunicação que ocorre quando o emissor manipula a informação para que ela seja vista de maneira mais favorável pelo destinatário, com o intuito de evitar conflitos.

Acerca da gestão de pessoas por competências, julgue os itens a seguir.

51. Competência pode ser definida como um conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes. As habilidades se referem ao “saber acumulado”, ou seja, aos aspectos que um indivíduo precisa saber para entender algo e ser capaz de realizar determinada tarefa.

Acerca da gestão da qualidade e excelência nos serviços públicos, julgue os itens a seguir.

52. Situação Hipotética: A organização JOÃO DAS NEVES COMPANY decidiu implantar um programa de qualidade baseado em metas, com o objetivo de exigir que seus empregados alcancem níveis elevados de produtividade, com ausência de erros.

Assertiva: O programa de qualidade implantado pela organização JOÃO DAS NEVES COMPANY está apoiado no método de William E. Deming.

Com base na Gestão de Processos e Projetos, julgue os itens a seguir.

53. Em uma organização com estrutura orientada a projetos, o gerente de projetos possui alta ou quase total autoridade sobre os projetos, dedicando integralmente seu tempo aos projetos. Por outro lado, em uma organização com estrutura funcional, o gerente de projetos possui pouca ou nenhuma autoridade sobre os projetos, dedicando parcialmente seu tempo aos projetos.

54. Os processos podem ser gerenciais, de suporte, ou finalísticos. Os processos que entregam valor diretamente aos clientes são conhecidos como processos finalísticos.

Com base no Controle, Sistema de medição de desempenho organizacional e Tipos de controle, julgue o item a seguir.

55. Situação Hipotética: A empresa de reparos JOÃO DAS NEVES COMPANY instituiu um controle com o objetivo de avaliar a eficiência do trabalho de reparo de encanamentos de cozinha prestado por seus funcionários encanadores, incluindo a medição do

consumo de recursos utilizados por esses funcionários. A referida empresa definiu que o controle seria realizado durante a execução das atividades de reparo, ou seja, durante o processo de reparos.

Assertiva: O controle instituído pela empresa JOÃO DAS NEVES COMPANY é classificado como estratégico, quanto ao nível organizacional, e simultâneo, quanto ao momento.

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Elizabete Moreira

56. Em relação à abordagem burocrática da administração e à evolução da administração pública no Brasil, por meio das reformas administrativas, julgue o item a seguir.

Preservando a ideologia do formalismo e do rigor técnico da burocracia tradicional, a administração pública gerencial proporcionou um sistema de gestão e controle centrado em resultados.

57. Considerando as abordagens da administração, a evolução da administração pública no Brasil e a nova gestão pública, julgue o item a seguir.

De modo geral, a nova administração pública tem caráter descentralizador, pois, por meio do gerencialismo, equilibraram-se as questões relativas à complexidade da gestão, como, por exemplo, a integração entre os aspectos técnicos e políticos.

58. No que se refere à evolução da administração pública no Brasil após 1930, julgue o item seguinte.

A reforma iniciada com o Decreto-Lei n.º 200/1967 consolidou a centralização das atividades de produção de bens e serviços na administração direta, consagrando e racionalizando uma situação que já se delineava na prática.

59. A nova gestão pública ou a administração pública gerencial refere-se a um tipo de gestão que emprega

o modelo de mercado, a ideia de gestão voltada ao consumidor e a adoção de tecnologias para o aumento da produtividade. Acerca desse assunto, julgue o item a seguir.

De acordo com a nova gestão pública, o governo deve adotar, além de técnicas de gestão de negócios, valores relativos aos negócios, dos quais derivam práticas que foram propostas desde a gestão científica até a gestão da qualidade total.

60. Acerca da nova gestão pública e suas características, julgue os item a seguir.

Nos anos 90 do século XX, com a reforma gerencial do governo de Fernando Henrique Cardoso, verificou-se, pela primeira vez, que os princípios rígidos da administração burocrática eram um empecilho para o desenvolvimento do Brasil.

61. Acerca do orçamento participativo, conselhos gestores, audiências e conferências, julgue o item a seguir.

No orçamento participativo, a população deve decidir a destinação de todos os recursos orçamentários, exceto aqueles que se vinculem com gastos de pessoal, saúde, segurança e educação.

62. A respeito do processo administrativo relacionado às funções, estrutura e cultura organizacionais, julgue o item subsequente. O planejamento, como função administrativa, envolve a identificação, a análise, a ordenação e o agrupamento das atividades e recursos, visando a realização das políticas públicas e o alcance dos resultados.

63. A organização é uma combinação de esforços individuais empregados com a finalidade de realização de propósitos coletivos, ao passo que a administração é o processo de conjugar recursos humanos e materiais com o objetivo de atingir determinados fins pretendidos. Com relação a esse assunto, julgue o seguinte item.

Em administração, eficiência é a comparação entre o que se pretendia fazer e o que efetivamente foi feito, ou seja, quanto mais alto for o grau de realização dos objetivos, mais eficiente será a organização, ao passo que eficácia é a relação entre os resultados alcançados e os recursos que foram empregados, ou seja, quanto mais alto for o grau de produtividade ou economia na utilização dos recursos, mais eficaz será considerada a organização.

64. A respeito da administração de recursos materiais, julgue o item que se segue.

Nos dias atuais, a administração de materiais caracteriza-se como um conjunto de atividades orientadas a evitar a falta e a desmobilização dos estoques.

65. A respeito da administração de recursos materiais, julgue o item que se segue.

Os computadores armazenados de forma improdutivo durante seis meses em um depósito são caracterizados como estoque.

66. A respeito da administração de recursos materiais, julgue o item que se segue.

A curva ABC é construída com base nas quantidades de cada item que compõe o estoque. O objetivo é identificar os itens cujas quantidades sejam mais significativas, os quais estarão sujeitos a um controle mais rígido.

67. Julgue o item a seguir, relativos à administração e gestão de pessoas nas organizações.

A gestão de pessoas nas organizações deve priorizar a realização dos objetivos individuais dos empregados e, em seguida, orientar esforços para o alcance dos objetivos organizacionais.

68. As organizações públicas e privadas alcançam suas metas por meio das pessoas. Por essa razão, a

área de gestão de pessoas vem assumindo posição de destaque em muitas dessas organizações. A respeito desse assunto, julgue o item a seguir.

A fim de maximizar o desenvolvimento das pessoas e da organização, é tarefa da área de gestão de pessoas disseminar junto aos gestores a necessidade de valorizar e tratar os servidores da instituição como colaboradores e parceiros de negócio

69. A respeito da gestão estratégica de pessoas, julgue o item a seguir.

As funções administrativas características da gestão estratégica de pessoas nas organizações públicas incluem a realização de rotinas típicas de departamento pessoal e a elaboração de políticas de desenvolvimento e de gestão de desempenho de pessoas.

70. Acerca das políticas públicas, julgue o item a seguir.

Com base na tipologia proposta por Lowi quanto às classes de políticas públicas, a instituição de salário-desemprego para demitidos sem justa causa e as cotas raciais no acesso às universidades são exemplos de políticas distributivas e redistributivas, respectivamente.

ADMINISTRAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA E ORÇAMENTO PÚBLICO

Luciana Marinho

71. Com relação ao orçamento público, julgue o item seguinte.

A integração entre planejamento e orçamento e a ênfase nos aspectos contábeis são condições necessárias para a adoção de um orçamento-programa.

72. O Orçamento público é o instrumento utilizado pelo governo para planejar a utilização do dinheiro arrecadado com os tributos(impostos, taxas,

contribuições de melhoria, entre outros). Esse planejamento é essencial para oferecer serviços públicos adequados, além de especificar gastos e investimentos que foram priorizados pelos poderes. A respeito desse assunto, julgue o item a seguir.

O orçamento base zero ou estratégico é primordialmente calcado na análise, revisão e avaliação de todas as despesas propostas e não apenas das solicitações que ultrapassam o nível de gasto já existente.

73. A respeito de finanças públicas, julgue o item que se segue.

A técnica orçamentária do orçamento clássico ou tradicional caracteriza-se por considerar as necessidades financeiras das unidades, além de ser dissociado o planejamento do orçamento.

74. Com relação ao orçamento público, julgue o item seguinte.

O princípio orçamentário da universalidade consiste em obrigar que registrem receitas e despesas na LOA pelo valor total e bruto, vedadas quaisquer deduções.

75. Acerca de orçamento público, julgue o item a seguir.

O princípio orçamentário da exclusividade determina que a LOA não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, ressalvados dessa proibição a autorização para abertura de crédito extraordinário e a contratação de operações de crédito, nos termos da lei.

76. Considerando a legislação e o entendimento jurisprudencial acerca de direito financeiro e econômico, julgue o item a seguir.

A receita de um novo imposto instituído pela União poderá ser vinculada para prestação de garantias às operações de crédito por antecipação de receita.

77. Julgue o item a seguir, relativo ao regime constitucional do direito financeiro.

De acordo com o princípio da unidade orçamentária, o orçamento deve ser único para cada um dos entes federados, pois se busca evitar múltiplos orçamentos paralelos dentro da mesma pessoa política.

78. Com relação ao orçamento público no Brasil, julgue o item subsequente.

O plano plurianual deve estabelecer, de forma nacional, as diretrizes, os objetivos e as metas para as despesas de capital e para as relativas aos programas de duração continuada.

79. No que diz respeito ao ciclo orçamentário e ao processo orçamentário, julgue o item seguinte.

Cada um dos Poderes da União deve encaminhar ao Poder Legislativo um projeto próprio de plano plurianual, em até quatro meses antes do encerramento do primeiro exercício financeiro do mandato presidencial.

80. Com relação a aspectos constitucionais, legais, doutrinários e jurisprudenciais do direito financeiro, julgue o item subsequente.

Caso o Poder Executivo Estadual discorde de proposta orçamentária encaminhada pelo Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina que não obedeça aos limites estipulados na lei de diretrizes orçamentárias, o governador não poderá alterar essa proposta ao encaminhar o projeto de lei orçamentária anual à Assembleia Legislativa por ser o TJ-SC assegurado de autonomia administrativa e financeira.

81. O modelo de planejamento e orçamento brasileiro é definido na Constituição Federal de 1988 e composto de três instrumentos: o plano plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA). A esse respeito, julgue o item que se segue.

A LDO deverá conter anexo no qual se indica evolução do patrimônio líquido nos últimos três exercícios, destacando a origem e a aplicação dos recursos obtidos com a alienação de ativos.

82. De acordo com a Constituição Federal de 1988, julgue o seguinte item, acerca de direito financeiro e princípios orçamentários.

A concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração por sociedade de economia mista estadual dispensa autorização específica na lei de diretrizes orçamentárias.

83. Considerando a legislação e o entendimento jurisprudencial acerca de direito financeiro e econômico, julgue o item a seguir.

Ao longo da tramitação do projeto de lei orçamentária anual e dos projetos que a modifiquem, podem ser apresentadas emendas, as quais, para serem aprovadas, devem indicar os recursos necessários, admitidos apenas os provenientes de anulação de despesa, a exemplo das que incidem sobre serviços da dívida.

84. A respeito do orçamento público, julgue o próximo item.

Em situações em que o governo reconheça o estado de calamidade pública, como ocorreu em 2020 devido à pandemia de Covid-19, para alocar recursos adicionais ao orçamento com o objetivo de atender os municípios atingidos, deve-se utilizar créditos adicionais suplementares a fim de serem destinados ao reforço da dotação orçamentária.

85. Com relação aos recursos de acompanhamento e modificação do orçamento governamental, julgue o item subsequente.

O crédito adicional constitui dotação isolada da lei orçamentária anual, sendo admitida, entretanto, sua incorporação no crédito orçamentário quando for suplementar ou especial.

86. Considerando as normas de direito financeiro, julgue o item a seguir.

De acordo com a classificação das receitas públicas, as receitas oriundas da conversão, em espécie, de bens e direitos e o superávit do orçamento corrente são classificados como receitas de capital.

87. Em relação às receitas públicas, julgue o item a seguir.

Receita orçamentária não efetiva, quanto ao impacto na situação patrimonial líquida, é aquela em que os ingressos de disponibilidades de recursos foram precedidos de registro do reconhecimento do direito ou constituem obrigações correspondentes.

88. A respeito da receita pública, julgue o item a seguir.

Nem todos os estágios ocorrem para todos os tipos de receitas orçamentárias. Exemplo disso é a doação em espécie recebida por um ente público, visto que passa apenas pelos estágios: lançamento, arrecadação e recolhimento.

89. No que se refere à receita e à despesa públicas, julgue o item que se segue.

A classificação institucional está estruturada em dois níveis hierárquicos, órgão orçamentário e unidade orçamentária e, além disso, reflete a estrutura de alocação dos créditos orçamentários.

90. A respeito dos mecanismos utilizados na elaboração, execução e controle do orçamento, julgue o item que se segue.

O conceito de projeto na estrutura de programação consiste em um instrumento de programação utilizado para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto ou serviço necessário à manutenção da ação de Governo.

91. Acerca da despesa pública, julgue o item subsequente.

A ordem de pagamento da despesa orçamentária – despacho exarado por autoridade competente determinando que a despesa seja paga – só poderá ser exarada em documentos processados pelos serviços de contabilidade.

92. Com referência aos estágios da despesa pública, julgue o item subsequente.

As despesas de valor fixo e previamente determinado, cujo pagamento deva ocorrer de uma só vez devem ser pagas por meio de empenho global.

93. Acerca de restos a pagar e despesas de exercícios anteriores, julgue o item a seguir.

Consideram-se restos a pagar as despesas empenhadas mas não pagas até o dia 31 de dezembro, correspondendo, por consequência, em uma dívida fundada.

94. Acerca da despesa pública, julgue o item subsequente.

Despesas que não se tenham processado na época própria, como aquelas cujo empenho tenha sido considerado insubsistente e anulado no encerramento do exercício correspondente, mas que, dentro do prazo estabelecido, o credor tenha cumprido sua obrigação são consideradas despesas de exercícios anteriores.

95. Julgue o item a seguir, referente a suprimento de fundos.

As restituições de suprimento de fundos recolhidas no mesmo exercício de concessão serão contabilizadas como receita orçamentária.

96. Acerca dos mecanismos de administração do orçamento, julgue o item que se segue.

A unidade gestora que precisar descentralizar uma parcela de seus créditos orçamentários a outra unidade, na mesma estrutura administrativa, deve efetuar uma provisão.

97. Considerando as normas de direito financeiro, julgue o item a seguir.

Para os efeitos da Lei de Responsabilidade Fiscal, empresa pública controlada pela União que receba do ente controlador recursos financeiros para o pagamento de despesas de custeio em geral ou de capital é considerada empresa estatal dependente.

98. Com relação ao orçamento público no Brasil, julgue o item subsequente.

A lei de diretrizes orçamentárias deve dispor sobre normas relativas ao controle de custos e à avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos.

99. Com base nos conceitos e nas aplicações da Lei de Responsabilidade Fiscal e na Lei Complementar de Finanças Públicas (Lei n.º 4.320/1964), julgue o item seguinte.

Segundo a Lei de Responsabilidade Fiscal, uma das condições obrigatórias para promover renúncia de receita é estar acompanhada de medidas de compensação, **por meio do aumento de receita**, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

100. Acerca das transferências voluntárias, julgue o item que se segue.

Transferência voluntária é a entrega de recursos correntes ou de capital a outro ente da Federação, a título de cooperação, auxílio ou assistência financeira, que não decorra de determinação constitucional, legal ou de destinação ao Sistema Único de Saúde.

Preencha o Gabarito

<https://bit.ly/Simulado-TCE-SC-Adm-05-12>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<https://bit.ly/Estrategia-Assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES!

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questoes>